



DECLARAÇÃO PELA MEDIDA DE MORATÓRIA PARA NOVAS HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA

Ao Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Ao Excelentíssimo Senhor Geraldo Alckmin
Vice-Presidente da República

Ao Excelentíssimo Senhor Márcio Macedo
Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República

Ao Excelentíssimo Senhor Rui Costa
Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República

À Excelentíssima Senhora Simone Tebet
Ministra do Planejamento

À Excelentíssima Senhora Marina Silva
Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima

À Excelentíssima Senhora Sônia Guajajara
Ministra dos Povos Indígenas

À Excelentíssima Senhora Margareth Menezes
Ministra da Cultura

À Excelentíssima Senhora Anielle Franco
Ministra da Igualdade Racial

Ao Excelentíssimo Senhor Silvio Almeida
Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania

À Excelentíssima Senhora Luciana Santos
Ministra de Ciência e Tecnologia

Ao Excelentíssimo Senhor Alexandre Silveira
Ministro de Minas e Energia



Ao Excelentíssimo Senhor Flávio Dino
Ministro da Justiça e Segurança Pública

Ao Excelentíssimo Senhor Fernando Haddad
Ministro da Fazenda

Ao Excelentíssimo Senhor Valdez Góes
Ministro da Integração e Desenvolvimento Regional

Ao Excelentíssimo Senhor André de Paula
Ministro da Pesca

Ao Excelentíssimo Senhor Silvio Almeida
Ministro dos Direitos Humanos

Ao Excelentíssimo Senhor Paulo Teixeira
Ministro do Desenvolvimento Agrário

Ao Excelentíssimo Senhor Wellington Dias
Ministro do Desenvolvimento Social

Ao Excelentíssimo Senhor Gladson Cameli
Governador do Estado do Acre

Ao Excelentíssimo Senhor Clécio Vieira
Governador do Estado do Amapá

Ao Excelentíssimo Senhor Wilson Lima
Governador do Estado do Amazonas

Ao Excelentíssimo Senhor Carlos Brandão
Governador do Estado do Maranhão

Ao Excelentíssimo Senhor Mauro Mendes
Governador do Estado do Mato Grosso

Ao Excelentíssimo Senhor Helder Barbalho
Governador do Estado do Pará

Ao Excelentíssimo Senhor Marcos Rocha
Governador do Estado de Rondônia

Ao Excelentíssimo Senhor Antônio Denarium
Governador do Estado de Roraima

Ao Excelentíssimo Senhor Wanderlei Barbosa
Governador do Estado Tocantins

Nós, cidadãs e cidadãos, entidades e organizações da sociedade civil signatários, unimo-nos sob a visão compartilhada de proteger a biodiversidade incomparável da Amazônia, seus ricos ecossistemas aquáticos e florestais e os direitos de suas comunidades indígenas e tradicionais. Ao reconhecermos o papel crítico que a floresta amazônica desempenha na estabilidade climática global e no equilíbrio ecológico, declaramos nosso compromisso inabalável em reivindicar por uma **Imediata Medida de Moratória para Novas Hidrelétricas na Amazônia**.

A energia proveniente de fontes hídricas não é realmente limpa, verde, renovável, inclusiva e socialmente justa. Esta ideia, ainda predominante na sociedade, é o resultado de sofisticadas estratégias de comunicação promovidas pela indústria hidrelétrica e incorporada entre governos de todo o mundo. O desenvolvimento de novos projetos hidrelétricos na Amazônia não é justificável com base em seus irreversíveis impactos socioambientais e econômicos negativos. Insistir em mostrar o papel das hidrelétricas como fonte de energia sustentável e limpa significa ignorar o legado histórico de catástrofes ambientais, sociais e econômicas deixado pelas hidrelétricas construídas na Amazônia.

Desde a construção da primeira grande hidrelétrica na Amazônia, a UHE de Balbina, até a última hidrelétrica construída nesse bioma, a UHE Belo Monte, incluindo também as Pequenas Centrais Hidrelétricas, construídas em cascata, o rastro de devastação ecológica e ambiental, bem como dos impactos sobre comunidades indígenas, tradicionais, ribeirinhos e urbanas estão registrados e documentados cientificamente por diversos pesquisadores da região, do país e de fora, bem como por organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

O Triste Legado das Hidrelétricas na Amazônia

- **UHE Balbina:** Provocou o genocídio de mais de 2.600 indígenas do povo Waimiri-Atroari. Alagou uma área de 2.360 Km², com 155 quilômetros de extensão, que acelerou o desmatamento da floresta, provocando grande desequilíbrio ecológico dos ecossistemas aquáticos da bacia do rio Uatumã, com o bloqueio de seu fluxo hidrológico natural, o comprometimento do processo migratório e reprodutivo de várias espécies de peixes e quelônios e, consequente redução de seus estoques. Balbina gerou 10 vezes mais gases de efeito estufa, principalmente o metano, por megawatt produzido do que uma termelétrica. Tudo isso para gerar apenas 109 MW, ou seja, menos de 10% da demanda de Manaus;
- **UHE Tucuruí:** Provocou o deslocamento de mais de 27 mil habitantes, principalmente, de ribeirinhos e agricultores familiares, sua desagregação social e modos de vida. Induziu o

avanço do desmatamento em um raio além de 100 quilômetros de suas margens, impactando os ecossistemas aquáticos do rio Tocantins e afluentes, com a alteração de sua dinâmica natural. Essa barragem comprometeu o fluxo migratório e capacidade reprodutiva de várias espécies aquáticas e afugentou a fauna terrestre, prejudicando a economia e segurança alimentar das populações locais. Alagou uma área de 2.850 Km² para ter uma capacidade instalada de 4 mil MW, mas gera apenas 2.120 MW de energia firme, gerando a emissão de carbono e metano 11 vezes mais por megawatt produzido do que uma termoelétrica;

- **UHE Jirau e Santo Antônio:** Essas duas hidrelétricas construídas no rio Madeira foram responsáveis por gerar grandes impactos socioambientais em uma área muito maior do que as áreas de influência direta e indireta indicadas nos Estudos de Impacto Ambiental, induzindo o avanço do desmatamento em mais de 7 mil Km² em duas décadas. Mais de 10 mil famílias, compulsoriamente, entre aquelas que tiveram que ser realocadas e perderam seus modos de subsistência, foram prejudicadas. As enchentes ocorridas em 2014, provocadas principalmente pela força das águas liberadas por essas represas, desalojou mais de 2.300 famílias entre as cidades de Porto Velho, Rolim de Moura, Nova Mamoré e Guajará-Mirim. A contenção dos sedimentos oriundos dos Andes pelos barramentos em cascata afeta a qualidade da água de toda a bacia Amazônica, alcançando o Mar do Caribe. O bloqueio do fluxo natural do rio Madeira, comprometeu o processo migratório e de reprodução de espécies de peixes, entre eles o Bagre Dourada. Esta espécie que antes percorria 11 mil quilômetros entre o alto rio Madeira até a foz do rio Amazonas, hoje está confinada a trechos do rio Madeira, sendo considerados como “residentes forçados”, o que pode levar à extinção da espécie. A redução dos estoques de peixes comprometeu a economia de subsistência e a segurança alimentar das populações locais. Com uma área alagada de 560 Km² as duas hidrelétricas com capacidade instalada de 6.800 MW, geram em média 4.600 MW. As emissões de CO₂ e Metano chegam a 94.372 t CO₂-eq/ano, além da remobilização do mercúrio, com impactos em terras indígenas de grupos isolados;
- **Complexo Hidrelétrico do rio Teles Pires:** Atualmente, o rio Teles Pires é o rio com maior número de hidrelétricas em operação na Amazônia e, certamente, o mais impactado. O que antes era um rio caudaloso, que corria livremente, com a construção das quatro hidrelétricas, Teles Pires, São Manoel, Sinop e Colíder, o rio se transformou em uma sequência de lagos que totalizam mais de 656 Km² de área alagada permanentemente. Porém, os impactos socioambientais provocados pela construção dessas quatro hidrelétricas vão muito além da área alagada. Em 2021, a área total desmatada foi de 9.846 Km², sendo na área de impacto direto de 2.345 Km² e na área de impacto indireto de 7.501 Km². Mais de 350 famílias foram afetadas e 138 aldeias dos povos Apiaká, Kayabi e Munduruku sentiram os efeitos negativos, decorrentes da instalação dessas hidrelétricas. Desde a entrada em operação do complexo hidrelétrico do rio Teles Pires, mais de 40 mil toneladas de peixes morreram e, atualmente, continuam morrendo, o que compromete seriamente a capacidade de reprodução de algumas espécies, que são vitais para garantir a segurança alimentar das populações originárias, tradicionais e ribeirinhas

de toda a região. A fauna silvestre também foi muito prejudicada, inclusive, colocando em risco de extinção, uma espécie recentemente catalogada de primata, o Mico Sagui de Schneider. Os impactos não se limitam à alteração do modo de vida dessas populações. A construção das UHEs de Teles Pires e São Manoel destruíram importantes locais sagrados do povo Munduruku e de outros grupos. Karobixexe, era a famosa cachoeira “Sete Quedas” conhecida pelo povo Munduruku como, “a casa sagrada”, local de moradia dos antepassados. Deko ka’á era o local da “Mãe dos Animais”, conhecido como Morro dos Macacos. Durante as obras da UHE de Teles Pires, mais de 295 mil artefatos indígenas foram encontrados e, no caso da UHE de São Manoel, foram encontrados 200 mil artefatos do povo Munduruku. O desaparecimento desses locais sagrados e artefatos, que constituem a cosmovisão holística dos povos indígenas, desestruturou sua espiritualidade e rituais culturais, o que acarretou na disseminação de doenças, como por exemplo a depressão. Vale lembrar que nos próximos 15 anos, somado o conjunto dos impactos diretos e indiretos, só a UHE de Teles Pires, projetada para gerar 1.800 MW/h, deverá produzir um impacto atmosférico de 61,4 milhões de toneladas CO₂ de gás carbônico equivalente (MtCO₂e); e

- **UHE Belo Monte:** Com sua construção, mais de 30 mil pessoas, entre indígenas, comunidades tradicionais, ribeirinhas e agricultores, foram afetadas e obrigadas a deixar suas casas e territórios, o que levou à desestruturação de seus modos de vida e seu bem viver. Mesmo sendo uma UHE ‘a fio-d’água, alagou uma área de 516 Km² e reduziu drasticamente o nível de água na Volta Grande do Xingu, onde a “tal vazão ecológica nunca aconteceu”. O ciclo hidrológico foi totalmente alterado, o que provocou grande mortandade de peixes e seus estoques despencaram, e as tartarugas que se alimentavam de peixes deixaram de se acasalar, prejudicando os meios de subsistência das comunidades indígenas, tradicionais e ribeirinhas. O desmatamento cresceu de forma acelerada, que durante sua construção atingiu uma área de 3 mil Km². Em dois anos, Altamira sofreu uma explosão demográfica, colapsando sua infraestrutura e serviços sociais. Após a conclusão das obras e o encerramento de postos de trabalho, despontou a violência, a prostituição e o alcoolismo em níveis alarmantes. Projetada para gerar 11.230 MW, na prática produz 4.530 MW, mas em contraposição triplicou a emissão de gases efeito estufa na região, lançando na atmosfera, em média, 45 quilos de CO₂ por megawatt/hora produzido.

Da mesma forma, não podemos deixar de mencionar os impactos cumulativos e sinérgicos provocados pela construção das Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) e das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), em vários rios na Amazônia. Apenas para citar um exemplo.

- **Complexo de CGHs e PCHs na bacia do rio Juruena:** Existem hoje 179 projetos hidrelétricos em diferentes etapas de implementação, sendo 46% CGHs e 40% PCHs. Trinta e seis desses empreendimentos já estão em operação, 16 em construção e 124 em fase de planejamento, num ritmo crescente. De 2019 a 2023, 51 novos projetos foram inseridos na região, em muitos casos com usinas planejadas em sequência, ameaçando rios

inteiros, como o Sauê Uiná, Sacre, Verde, Buriti, Membeca e o próprio rio Juruena.

Os impactos cumulativos das PCHs são particularmente evidentes na fragmentação desses rios, onde elas contribuem para uma perda de conectividade quatro vezes maior do que as grandes hidrelétricas (UHEs). Essa perda de conectividade por PCHs deve se agravar em 21% no futuro, caso todos os empreendimentos planejados sejam construídos, o que vai atingir rios ocupados por mais de 120 espécies de peixes migratórios – 14 delas ameaçadas de extinção e 20 delas de alta importância para a pesca comercial e recreativa.

A bacia do rio Juruena drena mais de 19 milhões de hectares no sentido sul-norte. Todos os cursos desaguam no rio Juruena, que, ao se juntar com o rio Teles Pires, forma o Tapajós, contribuindo com cerca de 58% de suas águas. Esta vasta região é lar de mais de uma dezena de povos indígenas, de culturas e idiomas próprios, como os Apiaká, os Bakairi, os Enawene-Nawe (Salumã), os Haliti (Paresi), os Kawaiwete (Kayabi), os Kajkwakratxi (Tapayuna), os Kawahiva, os Manoki (Irantxe), e Myky, os Munduruku, os Nambikwara e os Rikbaktsa, além de grupos isolados, que dependem de rios livres e saudáveis para a sua segurança alimentar e manutenção da sua qualidade de vida. Para eles, a região guarda locais sagrados nas matas, nos acidentes geográficos e nos rios.

Errar é Humano, Persistir no Erro é Desumano

Será que mesmo com esse legado desastroso é possível continuar afirmando que as hidrelétricas são fonte de energia limpa, renovável e socialmente justa?

Quantas novas tragédias humanas e ambientais serão necessárias para que governos parem de insistir na construção de novas hidrelétricas como uma solução verde para caminhar rumo a uma transição energética de fato limpa, renovável e justa?

Cabe ressaltar que tanto durante o período de planejamento e licenciamento ambiental das hidrelétricas e PCHs na Amazônia, não foram realizadas as consultas prévias, livre e informadas, conforme estabelece a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, configurando em um claro desrespeito e violação aos direitos das populações indígenas e tradicionais.

Diversas lideranças de movimentos populares de ribeirinhos e indígenas foram vítimas de violência decorrentes de conflitos originados pela implantação de empreendimentos hidrelétricos em toda a Amazônia.

Para evitar novas tragédias como as apresentadas acima, reivindicamos a suspensão imediata dos processos de licenciamento ambiental das Hidrelétricas de Castanheira, no rio Arinos; e de Tabajara, no rio Machado e os estudos de viabilidade técnica e econômica em curso sobre as Hidrelétricas do Plano Binacional, na bacia do rio Madeira, a Hidrelétrica de Bem Querer, no rio Branco; e as Hidrelétricas que compõem o Complexo da bacia do Tapajós.

A Transição da Matriz Energética

O Brasil é a maior potência na geração de energia solar e eólica do mundo. Mas precisa assumir que, qualquer que sejam as opções tomadas, elas passam pela reformulação do processo do planejamento, licenciamento e execução de empreendimentos de infraestrutura em energia, com a participação da sociedade civil e, principalmente, das populações mais vulneráveis e afetadas.

Atualmente, com o agravamento da crise climática, que rebate diretamente na grande variação do fluxo hidrológico dos rios e na escassez hídrica, as decisões passadas que levaram o Brasil a quase uma mono-dependência da fonte de energia produzida por hidrelétricas, precisam ser revistas, e incorporar em seu programa de transição da sua matriz energética incentivos e iniciativas voltadas à eficiência energética, repotenciação das hidrelétricas já existentes, ampliação das fontes eólica, solar e biomassa, à adoção da mini e micro geração distribuída de energias renováveis, com prioridade para grupos de baixa renda e comunidades mais isoladas da Amazônia.

Cabe ressaltar que esta Declaração é também o resultado das conclusões de diversas entidades e organizações da sociedade civil que participaram dos Diálogos Amazônicos, realizado recentemente na cidade de Belém do Pará, às vésperas da Cúpula da Amazônia, que reuniu todos os chefes de Estado que compõem o bioma Amazônia.

Frente ao exposto, as entidades da sociedade civil e as organizações de movimentos sociais que subscrevem esta DECLARAÇÃO vem a público reivindicar que o Governo Federal e os Governos Estaduais que compõem o bioma Amazônia, decretam UMA MEDIDA DE MORATÓRIA PARA NOVAS HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA, até que sejam revistos e reformulados o Plano Nacional de Energia - PNE 2050, os Planos Decenais de Energia – PDE 2030 e 2040, para que sejam readequados ao contexto da crise climática, em consonância com o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, o Plano Nacional de Transição Energética, bem como, com os compromissos assumidos nos acordos internacionais relativos ao clima e à biodiversidade.

Por último, ressaltamos que a revisão dos Planos citados deve ser realizada com ampla e efetiva participação da sociedade civil.

Entidades, Organizações e Redes da Sociedade Civil e Movimentos Sociais que subscrevem esta Declaração:

1. Amazon Watch;
2. Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME;
3. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB;
4. Asociación Interamericana para la Defensa del Ambiente – AIDA México;
5. Associação Alternativa Terrazul;
6. Associação Ateliê de Ideias – Espírito Santo;
7. Associação Brasileira de Combate ao Lixo Marinho- ABLM;

8. Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária – AMAR;
9. Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária – AMAR;
10. Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé;
11. Associação de Favelas – SJ Campos SP;
12. Associação de Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro – Angá;
13. Associação de Produtores Rurais e Moradores do Mundo Novo do Saquarema – RJ;
14. Associação de RPPNs e outras Reservas Privadas de Minas Gerais;
15. Associação do Córrego Barriguda e Cabeceiras do Rio das Almas – ABRA;
16. Associação dos Amigos da APA de Campinas – APAVIVA;
17. Associação Ecológica de Cooperação Social – EcosBrasil;
18. Associação Ecológica de Cooperação Social – EcosBrasil;
19. Associação Nacional de Ação Indigenista – Mata Atlântica;
20. Associação para os Povos Ameaçados – APA Amazônia;
21. Associação para Povos Ameaçados Amazônia – APA;
22. Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente – ARCA;
23. Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro – Apser;
24. Associação Regional de Produtores agroecológicos Pantanal/Amazônia – ARPA;
25. Associação Sócio Cultural e Ambiental Fé e Vida – Alto Rio Paraguai;
26. Associação Soluções Inclusivas Sustentáveis;
27. Associação Wyka Kwara – Amazônia;
28. Associação Xaraiés Pantanal;
29. Caritas Brasileira;
30. Cátedra Josué de Castro da Faculdade de Saúde Pública da USP – São Paulo;
31. Centro de Educação e Cultura Popular – CECUP;
32. Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental – Mata Atlântica CEDEA;
33. Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade – CIRAT;
34. Centro Palmares de Estudos e Assessoria por Direitos;
35. Centro Vida Orgânica – CVO;
36. Coalizão Pelos Rios;
37. Coletivo Mulateiro – Amazônia;
38. Coletivo PesquisAção – Pantanal;
39. Coletivo Popular Direito à Cidade – Amazônia;
40. Colônia de Pescadores e Aquicultores do Município de Sinop Z-16 – Copesnop;
41. Comissão Pró-Índio de São Paulo;
42. Comitê de Defesa da Vida Amazônica na Bacia do Rio Madeira- COMVIDA;
43. Comitê de Energia Renovável do Semiárido-CERSA;
44. Comitê Elos da Cidadania – Rio de Janeiro;
45. Comitê Popular do Rio Paraguai/Pantanal;
46. Conselho Indigenista Missionário - Cimi RO;
47. Conselho Indigenista Missionário – CIMI;
48. Conselho Indigenista Missionário – Pantanal;
49. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável da Caatinga;
50. Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMDEMA) de Campinas/SP;

51. Conselho Nacional dos Direitos Humanos da Universidade Federal de Rondônia;
52. Conselho TI Kumaruara – Amazônia;
53. Cooperativa de Transporte Náutico dos Pilotos e Proprietário de Embarcações de Barreirinhas – Coopernáutica Barreirinhas MA;
54. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas- CONAQ;
55. Crescente Fértil – Mata Atlântica;
56. Derecho, Ambiente y Recursos Naturales Peru - (DAR);
57. EcoVirada – Unicamp SP;
58. Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Unesp/FCAV;
59. Federação das Organizações Quilombolas de Santarém – FOQS;
60. Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – Fenatrad;
61. Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente – FBOMS;
62. Fórum da Amazônia Oriental – FAOR;
63. Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental de Santa Catarina - FMCJS SC;
64. Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco;
65. Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas – FNCBH;
66. Free-flowing Rivers Lab;
67. Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil – FNPE;
68. Fundação de Educação e Defesa do Meio Ambiente do Jaguaribe (Fundação Femaje);
69. Fundação Grupo Esquel Brasil;
70. Fundação Luterana de Diaconia-Conselho de Missão entre Povos Indígenas - Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia - FLD-COMIN-CAPA;
71. Greenpeace Brasil;
72. Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá;
73. Grupo de Estudos e Ações para a Serra do Mar - GEAS-PR;
74. Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Estado e Territórios na Fronteira Amazônica – GEPE – Front;
75. Grupo de Trabalho Amazônico – GTA;
76. Grupo de Trabalho em Infraestrutura e Justiça Socioambiental – GT Infra;
77. Grupo Mãe Terra – Amazônia;
78. Instituto Amazônia Solidária – IMS;
79. Instituto Ambiente e Conservação – IAC;
80. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec;
81. Instituto Calliandra de Educação Integral e Ambiental – Cerrado;
82. Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS;
83. Instituto Floresta Viva – IFV;
84. Instituto Fronteiras – Amazônia;
85. Instituto Gaia Pantanal;
86. Instituto ITEEC BRASIL – Cuiabá;
87. Instituto Jaguarapira – Mata Atlântica;
88. Instituto Kabu – Amazônia;

89. Instituto Madeira Vivo – IMV;
90. Instituto Nossa Ilhéus;
91. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS;
92. Instituto Socio-Cultural EcoVida – Rio de Janeiro, Espi;
93. Instituto Territórios e Justiça – ITJ;
94. International Accountability Project – IAP;
95. International Rivers – IR;
96. Jornal O SAQUÁ de Saquarema – RJ;
97. Jubileu Sul Brasil;
98. MAPAS – Direitos da Natureza;
99. Mesa Departamental para la defensa del Agua y el Territorio del Caquetá – Colômbia;
100. Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB;
101. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil – MPP;
102. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST;
103. Movimento Tapajós Vivo – MTV;
104. Movimento Xingu Vivo Para Sempre – MXVS;
105. Movimiento Ciudadano Frente al Cambio Climático Peru – MOCICC;
106. Nosso Vale Nossa Vida – Bacia do Rio Paraíba do Sul;
107. Núcleo do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental – NFMCJS/IDAGR;
108. Núcleo os Guardiões do Tauá – Amazônia;
109. Núcleo Tramas - UFC;
110. Observatório de Governança das Águas – OGA;
111. Observatório de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida – OLMA;
112. Operação Amazônia Nativa – OPAN;
113. Organização Oro Wari – Amazônia;
114. Otros Mundos/Amigos de la Tierra – México;
115. Rede Agroecológica Povos da Mata – Mata Atlântica;
116. Rede Brasileira de Ecossocialistas;
117. Rede de Educação Ambiental de Rondônia – REARO;
118. Rede Eclesial Pan Amazônica/ REPAM – Brasil;
119. Rede Guarani/Serra Geral – Mata Atlântica;
120. Rede Popular de Direitos Humanos de Rondônia - REPODH-RO;
121. Restauração e Ecodesenvolvimento da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana – REDI;
122. Sindicato das Trabalhadoras e dos trabalhadores em Educação Pública do Pará -
SINTEPP Subsede Castanhal;
123. Sustentarse – Desierto de Atacama – Chile;
124. Stand.Earth – San Francisco – US;
125. Toxisphera Associação de Saúde Ambiental;
126. Uma Gota No Oceano; e
127. Universidade Federal de Rondônia – UFRO;

Pessoas Físicas que não pertencem à Entidades e Organizações da Sociedade Civil que subscrevem esta Declaração:

1. Adilson Trindade – São Paulo SP;
2. Alessandra Magna Queiroz – Macaé RJ;
3. Alexandre Costa – Fortaleza CE;
4. Aline Juliana Morsch Passos – Manaus AM;
5. Aline da Silva Cruz – São Paulo SP;
6. Ana Márcia Altoe Nieweglowksi – Curitiba PR;
7. Ana Maria Xavier de Carvalho – SP;
8. Andreas K. Gombert – São Paulo SP;
9. Angelo José Rodrigues Lima – São José dos Campos SP;
10. Angelo Pereira Campos – São Luís MA;
11. Antonio Carrasqueira – São Paulo SP;
12. Barbara Abraão – SP;
13. Berenice Perpetua Simão – Baixo Madeira RO;
14. Bruna Rocha – Santarém PA;
15. Carlos Gilberto Gonçalves Caetano – Brasília DF;
16. Carmen Sylvia Vidigal Moraes – SP;
17. Célia Freitas – RJ;
18. Chandeller Lima – São Paulo SP;
19. Christina de Castro Mello – São Paulo SP;
20. Cira Cohenca – MA;
21. Clovis Vailant – Campo Grande – MS;
22. Constanza Ospina Orozco – Alto Paraíso GO;
23. Cristina Etnemes – Fortaleza CE;
24. Daisy Clark N Ribeiro – RJ;
25. Deucivando karo – PA;
26. Divaneide Pinheiro Lins de Souza – Aracajú SE;
27. Elani dos Anjos Lobato
28. Eliana Haberli Silva – São Paulo SP;
29. Elio de Castro Paulino – Espírito Santo;
30. Ermelindo Tadeu Giglio – São Paulo SP;
31. Eurico de Paula Arruda – Ribeirão Preto SP;
32. Fausta Maria Teixeira – Salvador Bahia;
33. Flávia Darre Barbosa – Ribeirão Preto SP;
34. Flavia de Castro e Castro – Tietê SP;
35. Francisco Barbosa – Belo Horizonte MG;
36. Francisco da Silva Santos – SP;
37. Girolamo Domenico TRECCANI
38. Gloria María Grández Muñoz
39. Gustavo Seferian – São Paulo SP;
40. Gustavo Veronesi – São Paulo SP;

41. Heitor Scalambrini Costa – Recife PE;
42. Helgan Noly Barrocas – Belmiro Braga MG;
43. Ilca de Castro Lemos Guimarães – Brasília DF;
44. Ines Mazas – BA;
45. Israel Henrique Waligora – São Paulo SP;
46. Ivoneides Maria Batista do Amaral – Cuiabá MT;
47. Jacira Tavares de Araújo – RO;
48. João Bosco Senra – Belo Horizonte MG;
49. João Carlos Canuto – SP;
50. Joelson de Jesus Araújo – Manaus AM;
51. José Maria Gusman Ferraz -
52. José Antônio de Oliveira – SP;
53. Jose Correa Leite – rupturas.org – Academia Ambiental – São Paulo;
54. Jose Furtado – SP;
55. José Júnior – Recife PE;
56. José Maria Gusman Ferraz – SP;
57. José Roberto Cabrera – SP;
58. Joviro Junior – MA;
59. Juliana da Silva – São João Santa Catarina;
60. Karoly J. Gombert – SP;
61. Kássia Regina Bazzo – Curitiba PR;
62. Kathia Vasconcellos Monteiro – Porto Alegre RS;
63. Keithy Juliane de Oliveira – SP;
64. Liliam Sach – Manaus AM;
65. Lillian Lincka – Natal RN;
66. Lucia da Costa Ferreira – Campinas SP;
67. Lucia Pereira – São Paulo SP;
68. Luciana Riça Mourão Borges – Porto Velho RO;
69. Luciane Barbosa Lopes – Santarém PA;
70. Luciano Its – Rondônia;
71. Lucidalva Cardoso do Nascimento – Santarém PA;
72. Luiz Marques – São Paulo SP;
73. Luiza Ishikawa Ferreira – SP;
74. Marco Antônio Mandarino – Rio de Janeiro RJ;
75. Marcos Penna Sattamini de Arruda – Rio de Janeiro RJ;
76. Margarete Noe – São Paulo SP;
77. Maria Aparecida de Mattos
78. Maria Cristina Muniz – Rio de Janeiro RJ;
79. Maria Cristina Tordin – SP;
80. Maria do Socorro Ferreira – PA;
81. Maria Gorete de Sousa Ramalho Medeiros – Recife PE;
82. Maria Helena Lopes – Cuiabá MT;
83. Maria Lúcia Biscaia de Medeiros – Curitiba PR;

84. Maria Lucia Negrão Fernandes – São Paulo SP;
85. Maria Lucia Zuccari – SP;
86. Maria Lygia Gonçalves Daflon – Rio de Janeiro RJ;
87. Maria Madalena Ferreira – Manaus AM;
88. Mariana Jéssica Barboza Lacerda da Matta – Cuiabá MT;
89. Marie Madeleine Hutyra de Paula Lima – São Paulo SP;
90. Marieta Messina – Vitória ES;
91. Maristela Jardim Gaudio – São Paulo SP;
92. Maristela Ramalho Xaud – Boa Vista RR;
93. Marly Ferreira de Sousa – Porto Velho Rondônia;
94. Marta Eliana de Oliveira – Brasília DF;
95. Marta Fuzato – SP;
96. Martha Malheiro – São Luis MA;
97. Mauri César Barbosa Pereira – Curitiba PR;
98. Mauricio Camargo Filho – PR;
99. Mércia Tolendal Greguol – São Paulo SP;
100. Miguel Aparicio – Manaus Amazonas;
101. Milena Saad Maluhy – São Paulo SP;
102. Moema Miranda – RJ;
103. Mônica Estela Mattos Goveia – MT;
104. Mônica Penna Sattamini de Arruda – Rio de Janeiro RJ;
105. Natalia Bianchi Filardo – Cuiabá MT;
106. Neri de Barros Almeida – SP;
107. Oscar Costa Borche – SP;
108. Patricia da Costa – SP;
109. Patricia Torres – São Paulo SP;
110. Paula Stolerman Araujo – Manaus AM;
111. Paulo Diaz – SP;
112. Paulo Horta – SC;
113. Priscila Marcon – SP;
114. Raquel Pastana Teixeira Lima – SP;
115. Regina Bechuate – SP;
116. Reginaldo Forti – São Paulo SP;
117. Renato Alexandre Costa Freitas – Fortaleza CE;
118. Renato Fagundes Carvalho – Ribeirão Preto SP;
119. Ricardo Castro – Macapá AP;
120. Ricardo do Monte Rosa – Brasília DF;
121. Roberto Pastana Teixeira Lima – São Luís MA;
122. Robson de Oliveira Cardoso – Cuiabá MT;
123. Robson Moreira Beling – Porto Velho RO;
124. Rodrigo Verciani Pesce – São Paulo SP;
125. Rosa Maria Formiga Johnsson – RJ;
126. Ruben Alfredo de Siqueira – Salvador BA;

127. Rubens Born – São Paulo SP;
128. Sandra Damasceno – MG;
129. Sérgio Pamplona – Brasília DF;
130. Sérgio Salad – Mata Atlântica;
131. Shinji Carvalho – SP;
132. Silvana Manu – AM;
133. Silvia de Lourdes Molina Herrera – Salvador BA;
134. Simone Maria Gonçalves de Oliveira Ulian – Porto Velho RO;
135. Stefania Fernandes – Brasília DF;
136. Taise Amaral – SP;
137. Tea Frigerio – Amazonas AM;
138. Teresa Soares – Belém PA;
139. Thiago Belisario D'Araujo Couto – SP;
140. Thiérs Wilberger – RJ;
141. Valérie Nicollier – BA;
142. Vanessa Dourado – SP;
143. Vera Lúcia Barreira Uchoa – Fortaleza CE;
144. Vicente Andreu Guiilo – SP;
145. Walterlina Brasil – Porto Velho RO;
146. Yveli Azevedo – PA; e
147. Zélia Maria de Souza Corrêa – Brasília DF.

Brasília, 06 de novembro de 2023.

SECRETARIA EXECUTIVA – COALIZAÇÃO PELOS RIOS